

e licitude do despedimento», *RDES* 2015, n.º 4, 69 ss., *Comentário aos artigos 98.º-B a 98.º-P do Código de Processo do Trabalho. Processo especial para impugnação da regularidade e licitude do despedimento*, 2.ª ed., Lisboa, 2020 e *Direito Processual do Trabalho*, 2.ª ed., Lisboa, 2022; RAÚL VENTURA, «Princípios Gerais de Direito Processual do Trabalho», *Curso de Direito Processual do Trabalho*, Suplemento RFDUL, Lisboa, 1964, 31 a 50 e «Competência dos Tribunais de Trabalho, segundo o Novo Código de Processo do Trabalho», *Curso de Direito Processual do Trabalho*, Suplemento RFDUL, Lisboa, 1964, 51 a 87; DÁRIO MOURA VICENTE, «Arbitragem de conflitos individuais de trabalho», *Estudos do Instituto de Direito do Trabalho*, Vol. VI, Coimbra, 2012, 33 ss.; BERNARDO XAVIER, «Execução da Sentença Laboral», *RDES*, 1995, n.º 1/3, 297 a 308, «Algumas Notas Elementares sobre a Justiça do Trabalho», *Estudos Jurídicos em Homenagem ao Professor António da Motta Veiga*, Coimbra, 2007, 97 ss. e «O processo especial de impugnação do despedimento colectivo», *Estudos do Instituto de Direito do Trabalho*, Vol. VI, Coimbra, 2012, 155 ss.; BERNARDO XAVIER/ALBINO MENDES BAPTISTA, «Competência Material dos Tribunais de Trabalho», *RDES*, 2005, n.º 1, 39 ss.

ÍNDICE GERAL

NOTA PRÉVIA À 11.ª EDIÇÃO	5
PLANO	7
BIBLIOGRAFIA E OUTROS ELEMENTOS DE ESTUDO	11
ÍNDICE DE ABREVIATURAS	15
 CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	 17
§ 1. Noção de direito do trabalho	17
1. Terminologia	17
2. Prestação de uma atividade	19
a) Pressupostos gerais	19
b) Atividade humana	21
c) Atividade produtiva	21
d) Atividade exercida para outrem	23
e) Atividade exercida livremente	23
f) Atividade exercida de forma subordinada	25
3. Aspectos complementares	27
§ 2. Âmbito de aplicação	29
§ 3. Enquadramento do direito do trabalho	34
1. Direito do trabalho como ramo do direito privado	34
2. Condições de trabalho e intervenção da ACT	45
3. Relação entre direito comum e direito especial	48
4. Autonomia do direito do trabalho	50
§ 4. Evolução histórica do direito do trabalho	51
1. Questões prévias	51
2. Direito romano	53
3. Direito intermédio; corporativismo	56
4. Revolução industrial; a questão social	61

5. Evolução histórica do direito do trabalho em Portugal	69
a) Corporativismo anterior ao período liberal	70
b) Liberalismo	72
c) Corporativismo do Estado Novo	75
d) Situação atual	78
d.1) Considerações gerais	78
d.2) Lei do Contrato de Trabalho de 1969 ao Código do Trabalho de 2003	79
α. Explicação	79
β. Opção por um Código do Trabalho	83
γ. Diretrizes de orientação	84
δ. Enquadramento dogmático da sistematização adotada	88
d.3) Código do Trabalho revisto em 2009	93
α. Apresentação	93
β. Principais alterações	94
γ. Apreciação	99
d.4) Revisão de 2012-2016	105
d.5) Legislação de emergência (2020-2021)	114
d.6) Agenda do Trabalho Digno	116
 CAPÍTULO II. SITUAÇÃO JURÍDICA LABORAL	119
§ 5. Sujeitos	119
1. Questões prévias	119
2. Trabalhador	120
a) Determinação	120
b) Pessoa singular ou coletiva	121
c) Tipos	126
3. Empregador	133
a) Determinação	133
b) Terminologia	135
c) Empresa	137
4. Sujeitos das relações coletivas de trabalho	138
a) Comissões de trabalhadores	138
b) Conselhos de empresa europeus	140
c) Associações sindicais	140
d) Associações de empregadores	144
§ 6. Trabalho subordinado	146
§ 7. Retribuição	151

 CAPÍTULO III. FONTES DO DIREITO DO TRABALHO	155
§ 8. Fontes internas	155
1. Aspectos gerais	155
2. Constituição	156
3. Leis ordinárias	168
4. Costume	172
5. Usos	174
6. Jurisprudência uniformizada	177
7. Jurisprudência e doutrina	181
8. Fontes coletivas	181
a) Aspectos comuns	181
b) Convenção coletiva	182
c) Acordo de adesão	186
d) Decisão arbitral	187
e) Portarias de extensão e de condições de trabalho	187
§ 9. Fontes externas	189
1. Questões prévias	189
2. Convenções internacionais	190
3. Convenções e recomendações da OIT	192
4. Direito europeu	197
a) Preliminares	197
b) Tratados	198
c) Instrumentos jurídicos provenientes da União Europeia	199
d) Livre circulação de trabalhadores	202
§ 10. Interpretação, integração e aplicação das normas de direito do trabalho	204
1. Questões prévias	204
2. Interpretação	205
a) Aspectos gerais	205
b) Princípio do tratamento mais favorável	208
c) Especificidades na interpretação	216
3. Integração	219
4. Aplicação	221
a) Aplicação no tempo	222
a.1) Enunciado	222
a.2) Direito transitório	222
a.3) Sucessão no tempo de regimes jurídicos	223
a.4) Solução comum da lei civil	226
a.5) Solução prescrita em sede laboral	228
α. Sucessão de leis no tempo	228

β. Direitos adquiridos	232
γ. Sucessão no tempo de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho	241
b) Aplicação no espaço	244
c) Hierarquia das fontes	260
c.1) Aspectos gerais	260
c.2) Princípio do tratamento mais favorável	265
c.3) Conflito entre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho	273
CAPÍTULO IV. CONTRATO DE TRABALHO	277
SECÇÃO I. Aspectos gerais	277
§ 11. Noção; elementos	277
1. Negócio jurídico	277
2. Prestação de uma atividade	279
3. Retribuição	280
4. Atividade subordinada	281
§ 12. Características	283
1. Negócio jurídico de direito privado	283
2. Negócio jurídico bilateral, nominado e típico	284
3. Negócio jurídico causal	285
4. Negócio jurídico obrigacional	285
5. Negócio jurídico sinalagmático	286
6. Negócio jurídico oneroso e comutativo	286
7. Negócio jurídico de execução continuada	287
8. Negócio jurídico <i>intuitu personae</i>	288
9. Outros aspectos	290
SECÇÃO II. Distinção de figuras afins	293
§ 13. Figuras não equiparadas ao contrato de trabalho	293
1. Importância da distinção	293
2. Contrato de prestação de serviço	296
a) Dificuldade de delimitação	296
b) Concretização da dificuldade de delimitação	299
b.1) Atividades que podem ser exercidas com autonomia	299
b.2) Profissões liberais e situações afins	300
b.3) Trabalhadores no domicílio e na nova economia digital	303
b.4) Trabalho prestado por pessoas coletivas	307
c) Qualificação feita pelo legislador	309
d) Métodos de distinção	309

d.1) Método tipológico	311
d.2) Método indiciário	312
e) Ónus da prova; presunção de laboralidade	315
3. Contrato de mandato	321
4. Contrato de depósito	327
5. Contrato de empreitada	329
6. Contrato de sociedade	332
7. Contrato de agência	336
8. Contrato de franquia (<i>franchising</i>)	338
9. Trabalho em economia comum	341
§ 14. Figuras equiparadas ao contrato de trabalho	344
1. Aspectos gerais	344
2. Trabalho no domicílio	348
3. Trabalho com dependência económica	353
SECÇÃO III. Sujeitos	355
§ 15. Direitos de personalidade	355
1. Enquadramento	355
2. Consagração laboral dos direitos de personalidade	356
§ 16. Trabalhador	365
1. Determinação; tipos (remissão)	365
2. Igualdade e não discriminação	365
a) Direito a igual tratamento	365
b) Igualdade retributiva	369
c) Igualdade e não discriminação em função do sexo	371
3. Proteção da maternidade e da paternidade	381
4. Menoridade	383
5. Trabalhador com capacidade de trabalho reduzida	390
6. Trabalhador portador de deficiência ou com doença crónica	390
7. Trabalhador-estudante	390
8. Trabalhador estrangeiro	393
9. Categoria	395
a) Diferentes aceções	395
b) Qualificação negocial	401
c) Garantia dos trabalhadores	402
d) Alterações; promoções	403
10. Antiguidade	408
§ 17. Empregador	410
1. Determinação; empresa (remissão)	410
2. Empresas	411

3. Grupo de empresas	414
4. Pluralidade de empregadores	421
5. Fragmentação da posição jurídica de empregador	422
SECÇÃO IV. Formação	423
§ 18. Questões prévias	423
§ 19. Pressupostos do contrato de trabalho	424
1. Capacidade e limitações à celebração do contrato	424
a) Aspectos gerais	424
b) Limitações; menoridade (remissão)	427
c) Outras limitações	429
2. Idoneidade do objeto	431
a) Aspectos comuns	431
b) Determinabilidade	432
c) Habilitação	432
§ 20. Situações jurídicas preliminares	435
1. Questões prévias	435
2. Concurso público	436
3. Contrato-promessa	438
§ 21. Encontro de vontades	443
1. Negociação	443
2. Contrato de adesão	445
a) Cláusulas contratuais gerais	445
b) Adesão a regulamento de empresa	447
3. Relações laborais de facto	453
a) Contrato declarado nulo ou anulado	453
b) Trabalhador contratado a termo incerto depois da conclusão da atividade	453
c) Trabalhador temporário após a cessação do contrato de utilização	454
d) Suspensão do despedimento que vem a ser considerado lícito	454
4. Obrigação de informar	454
a) Dever de informar na formação do contrato de trabalho	454
b) Deveres de informação a cargo do trabalhador	456
c) Deveres de informação a cargo do empregador	459
d) Obrigação de informar o trabalhador sobre as condições aplicáveis ao contrato de trabalho	459
e) Obrigação de informar na pendência do contrato	463
f) Incumprimento	465
5. Período experimental	466

a) Noção	466
b) Fundamento	468
c) Regime	469
§ 22. Forma do contrato	477
1. Forma e formalidades	477
2. Princípio da consensualidade; exceções	477
3. Preterição de forma e de formalidades; consequências	479
SECÇÃO V. Invalidade	483
§ 23. Particularidades	483
1. Causas de invalidade	483
2. Ficção de validade	484
3. Convalidação	489
4. Contrato com objeto ou fim contrário à lei ou à ordem pública	491
5. Redução e conversão do contrato	493
SECÇÃO VI. Conteúdo	495
SUBSECÇÃO I. Conteúdo característico do tipo contratual	495
§ 24. Prestação de uma atividade	495
1. Generalidades	495
2. Objeto	497
3. Dever de urbanidade	500
4. Dever de assiduidade e pontualidade	504
5. Deveres de zelo e diligência	505
6. Dever de lealdade	506
a) Considerações comuns	506
b) Dever de não concorrência	509
c) Dever de sigilo	513
7. Dever de custódia	515
8. Direito de ocupação efetiva	516
9. Titularidade sobre o resultado da atividade	525
a) Questão prévia	525
b) Direito de autor	526
b.1) Obra feita por conta de outrem	526
b.2) Obra coletiva	529
c) Autoria dos programas de computador	529
d) Direito à patente	530
10. Local de trabalho; determinação	532
11. Tempo de trabalho	534
a) Aspectos gerais	534

b) Período normal de trabalho	535	d) Retribuição não relacionada com a contrapartida da atividade	591
b.1) Noção	535	5. Presunção	591
b.2) Adaptabilidade	538	6. Prestações retributivas e não retributivas	592
c) Período de funcionamento	541	7. Modalidades de prestações retributivas	592
d) Horário de trabalho	544	8. Determinação	598
d.1) Noção	544	a) Aspectos comuns	598
d.2) Flexibilidade de horário	545	b) Fixação e cálculo dos valores retributivos	600
d.3) Isenção de horário	546	b.1) Princípios	600
e) Trabalho a tempo parcial	548	b.2) Modo de cálculo	601
f) Trabalho por turnos	551	b.3) Regras especiais de cálculo	602
g) Trabalho noturno	552	c) Alteração do valor	607
h) Trabalho suplementar	553	d) Fixação judicial	608
i) Trabalho intermitente	557	9. Retribuição mínima garantida	609
12. Direito ao repouso	559	10. Cumprimento	611
a) Considerações comuns	559	a) Vencimento	611
b) Descansos diários; pausas	561	b) Forma de pagamento	611
c) Descanso semanal	562	c) Lugar do pagamento	612
d) Feriados	563	11. Prescrição	613
e) Férias	564	12. Tutela da retribuição	619
f) Faltas	567	a) Princípio da irredutibilidade salarial	619
g) Retribuição em período de repouso	573	b) Renúncia, cessão, compensação e penhora da retribuição	627
§ 25. Retribuição	576	c) Garantia de pagamento	630
1. Identificação	576	§ 26. Deveres acessórios do empregador	636
2. Sentido amplo e restrito	577	§ 27. Poderes do empregador	639
3. Características da retribuição em sentido estrito	579	1. Poder de direção	639
a) Enunciação	579	a) Caracterização	639
b) Contrapartida da atividade	579	b) Poder regulamentar; representação	643
c) Periodicidade	581	2. Poder disciplinar	645
d) Carácter patrimonial	582	a) Características	645
4. Particularidades no que respeita à contrapartida como característica da retribuição	583	b) Exercício; procedimento disciplinar	647
a) Liberalidades	583	c) Fundamento	654
a.1) Gratificações	583	SUBSECÇÃO II. Conteúdos especiais	657
a.2) Prémios de bons resultados obtidos pela empresa	585	§ 28. Liberdade de estipulação	657
a.3) Prestações relacionadas com o desempenho ou mérito profissionais	585	1. Princípio geral; restrições	657
a.4) Participação nos lucros	586	2. Pacto de não concorrência	658
α. Regime societário	586	3. Pacto de permanência	663
β. Planos de aquisição de ações	587	4. Pacto de exclusividade	664
b) Pagamento de encargos	588	§ 29. Contrato misto, união de contratos e subcontrato	667
c) Pagamentos efetuados por terceiros	589	1. Aspectos comuns	667

2. Contrato misto	667
3. União de contratos	669
4. Subcontrato	670
§ 30. Cláusulas acessórias	672
1. Elementos acidentais; termo e condição	672
2. Contrato a termo	680
a) Contrato a termo certo	680
b) Contrato a termo incerto	684
§ 31. Teletrabalho	686
1. Noção	686
2. Regime	688
§ 32. Comissão de serviço	691
1. Noção	691
2. Regime	693
§ 33. Trabalho temporário	695
1. Identificação	695
a) Enquadramento	695
b) Figuras afins	698
c) Empresa de trabalho temporário	698
2. Regime	700
a) Contratos	700
b) Contrato de utilização	700
c) Contrato de trabalho	702
3. Natureza jurídica	706
SUBSECÇÃO III. Situações especiais de contratos de trabalho	709
§ 34. Contrato de formação	709
§ 35. Contrato de trabalho doméstico	712
§ 36. Contrato de trabalho de porteiro	718
§ 37. Contrato de trabalho rural	719
§ 38. Contrato de trabalho portuário	721
§ 39. Contrato de trabalho a bordo	724
§ 40. Contrato de trabalho rodoviário	726
§ 41. Contrato de trabalho ferroviário	727
§ 42. Contrato de trabalho de desportistas profissionais	728
§ 43. Contrato de trabalho de profissionais da área da cultura	738
§ 44. Contrato de trabalho de docentes	741
§ 45. Contrato de trabalho com concessionários de serviços públicos	743
§ 46. Relações laborais com pessoas coletivas de direito público	743
SECÇÃO VII. Vicissitudes	751

§ 47. Modificações contratuais	751
1. Princípio geral; acordo das partes	751
2. Modulação do tempo de trabalho	752
3. Alteração do horário de trabalho	753
4. Mudança de categoria	756
5. <i>Ius variandi</i>	756
6. Mudança do local de trabalho	762
7. Alteração da retribuição	772
§ 48. Redução da atividade e suspensão do contrato	774
1. Regras gerais	774
2. Suspensão do contrato	775
a) Identificação	775
b) Acordo das partes	776
c) impossibilidade de realização da prestação	777
3. Suspensão do contrato por facto respeitante ao trabalhador	777
4. Redução da atividade e suspensão do contrato por motivo respeitante ao empregador (<i>lay-off</i>)	778
5. Licença	781
6. Pré-reforma	782
§ 49. Transmissão	784
1. Cessão da posição contratual	784
2. Transmissão da empresa ou estabelecimento	785
a) Enquadramento	785
b) Influência do direito europeu	788
c) Previsão legal	790
d) Cessão ou reversão da exploração	795
3. Cedência ocasional de trabalhadores	800
a) Cedência ocasional e definitiva	800
b) Regime jurídico	802
c) Natureza jurídica	805
SECÇÃO VIII. Não cumprimento	809
§ 50. Incumprimento das prestações contratuais	809
1. Noções comuns	809
2. Incumprimento definitivo e mora imputáveis ao empregador	811
a) Indemnização	811
b) Exceção de não cumprimento	813
c) Garantias	816
d) Benefícios conferidos ao trabalhador	817
e) Consequências para o empregador	818

<i>f)</i> Resolução do contrato	820
3. Cumprimento defeituoso imputável ao empregador	825
4. Incumprimento imputável ao trabalhador	826
<i>a)</i> Regras gerais	826
<i>b)</i> Mora e incumprimento definitivo imputáveis ao trabalhador	826
<i>b.1)</i> Mora do devedor	826
<i>b.2)</i> Mora do credor	828
<i>b.3)</i> Incumprimento definitivo	829
<i>c)</i> Cumprimento defeituoso da atividade	831
§ 51. Prescrição	836
SECÇÃO IX. Acidentes de trabalho	841
§ 52. Aspetos gerais	841
1. Ideia geral e evolução	841
2. Acidente de trabalho e doença profissional	847
3. Prevenção do acidente; regras de segurança no trabalho	851
§ 53. Responsabilidade civil objetiva e subjetiva	853
1. Generalidades	853
<i>a)</i> Responsabilidade aquiliana comum	853
<i>b)</i> Responsabilidade com culpa presumida	855
<i>c)</i> Responsabilidade objetiva	857
<i>d)</i> Agravamento da responsabilidade	861
<i>e)</i> Responsabilidade civil emergente de acidentes de trabalho e autonomia privada	865
2. Facto gerador da responsabilidade; acidente de trabalho	866
<i>a)</i> Aspetos gerais	866
<i>b)</i> Danos típicos	867
<i>c)</i> Determinação do lesado	868
<i>c.1)</i> Trabalhador dependente	868
<i>c.2)</i> Trabalhador independente	873
<i>d)</i> Local e tempo de trabalho	873
<i>d.1)</i> Local de trabalho	873
<i>d.2)</i> Tempo de trabalho	877
<i>e)</i> Acidentes de percurso	878
<i>f)</i> Execução de serviços espontaneamente prestados	882
<i>g)</i> Serviços eventuais e de curta duração	882
3. Dano	883
4. Nexo de causalidade entre o facto e o dano	884
5. Indemnização	887
<i>a)</i> Aspetos gerais	887

<i>b)</i> Reparação em espécie	888
<i>c)</i> Reparação em dinheiro	889
<i>d)</i> Determinação do montante	889
<i>e)</i> Revisão do montante	892
<i>f)</i> Vencimento	892
<i>g)</i> Lugar do cumprimento	893
6. Garantia de cumprimento da indemnização	894
<i>a)</i> Inalienabilidade, impenhorabilidade e irrenunciabilidade da prestação	894
<i>b)</i> Privilégio creditório	894
7. Seguro	895
8. Causas de exclusão e de redução da responsabilidade	898
<i>a)</i> Cláusulas contratuais	898
<i>b)</i> Culpa do trabalhador	899
<i>b.1)</i> Dolo	900
<i>b.2)</i> Violação de condições de segurança sem causa justificativa	900
<i>b.3)</i> Negligência grosseira	902
<i>b.4)</i> Privação do uso da razão	904
<i>b.5)</i> Facto ou omissão do lesado	904
<i>c)</i> Força maior	905
<i>d)</i> Obrigações não excluídas	906
<i>e)</i> Responsabilidade de terceiros; direito de regresso	906
9. Ocupação e cessação do vínculo laboral em relação a trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho	909
10. Prazos de exercício dos direitos	911
11. Processo	913
SECÇÃO X. Cessação	917
§ 54. Aspetos gerais	917
1. Regime comum	917
2. Relevância da cessação do contrato no domínio laboral	919
3. Regime geral da cessação do contrato de trabalho	921
<i>a)</i> Segurança no emprego	921
<i>b)</i> Evolução legislativa	923
<i>c)</i> Uniformidade e imperatividade do regime da cessação	924
<i>d)</i> Consequências de cessação	928
4. Causas de cessação	930
§ 55. Caducidade	936
1. Noção e causas	936
2. Regime específico; enunciação	941

3. Verificação do termo	942
4. Impossibilidade superveniente	946
a) Características da impossibilidade	946
b) Impossibilidade de o trabalhador prestar o seu trabalho	948
b.1) Aspectos comuns	948
b.2) Falta de título profissional	950
b.3) Cancelamento da autorização de permanência em Portugal de trabalhador estrangeiro	951
b.4) Incapacidade parcial e modificação do objeto negocial	951
c) Impossibilidade de o empregador receber o trabalho	953
c.1) Aspectos comuns	953
c.2) Morte ou extinção da pessoa coletiva	953
c.3) Encerramento da empresa	954
c.4) Insolvência do empregador	958
5. Reforma do trabalhador	963
§ 56. Revogação	969
1. Noção	969
a) Aspectos gerais	969
b) Breve excuro histórico	970
2. Forma e formalidades	973
3. Efeitos	974
a) Cessaçao do vínculo	974
b) Compensação	975
c) Cessaçao do acordo de revogação	981
§ 57. Denúncia	988
1. Regime geral	988
2. Período experimental	990
3. Comissão de serviço	990
4. Denúncia com aviso prévio	990
5. Falta de aviso prévio; abandono do trabalho	992
§ 58. Resolução	994
1. Tipos	994
2. Resolução invocada pelo empregador	994
a) Noções comuns	994
a.1) Despedimento	994
a.2) Espécies de despedimento	996
a.3) Justa causa subjetiva e objetiva	997
b) Despedimento por facto imputável ao trabalhador	997
b.1) Noção de justa causa (subjetiva)	997
a. Comportamento culposo; ilicitude	997

β. Insubstituição da relação de trabalho	1002
γ. Exemplificação legal de comportamentos ilícitos	1005
δ. Violação de outros deveres contratuais	1008
b.2) Procedimento disciplinar	1008
α. Identificação	1008
β. Funcionamento	1010
γ. Ónus da prova	1015
δ. Suspensão preventiva do trabalhador	1016
c) Despedimento coletivo	1016
c.1) Noção	1016
c.2) Apreciação dos fundamentos	1017
c.3) Proibição de externalização	1019
c.4) Procedimento	1021
c.5) Direitos dos trabalhadores abrangidos pelo despedimento	1022
d) Despedimento por extinção de posto de trabalho	1025
d.1) Noção	1025
d.2) Apreciação dos motivos	1025
d.3) Procedimento	1027
d.4) Direitos dos trabalhadores abrangidos pelo despedimento	1028
e) Despedimento por inadaptação	1028
e.1) Noção	1028
e.2) Procedimento	1031
e.3) Direitos dos trabalhadores abrangidos pelo despedimento	1032
f) Despedimento ilícito	1033
f.1) Aspectos gerais	1033
f.2) Suspensão preventiva	1034
f.3) Impugnação judicial	1034
f.4) Efeitos da ilicitude	1039
α. Aspectos gerais	1039
β. Indemnização	1042
1) Danos patrimoniais	1042
2) Salários intercalares	1043
3) Danos não patrimoniais	1047
γ. Reintegração	1049
δ. Oposição à reintegração	1052
ε. Indemnização em substituição da reintegração	1060
3. Resolução invocada pelo trabalhador	1067
a) Noção	1067
b) Resolução com justa causa	1069
b.1) Comportamento ilícito do empregador	1069

<i>b.2)</i> Causas objetivas	1071
<i>b.3)</i> Ausência de justa causa	1073
CAPÍTULO V. DIREITO COLETIVO	1075
SECÇÃO I. Sujeitos das relações coletivas	1075
§ 59. Estruturas de representação coletiva dos trabalhadores	1075
§ 60. Empresa	1076
1. Papel da empresa nas relações coletivas	1076
2. Intervenção dos trabalhadores na empresa	1079
<i>a)</i> Intervenção económica	1079
<i>b)</i> Comissões de trabalhadores	1080
<i>c)</i> Conselhos de Empresa Europeus	1088
3. Atividade sindical na empresa	1090
§ 61. Associações sindicais	1095
1. Aspectos gerais	1095
<i>a)</i> Remissão	1095
<i>b)</i> Importância dos sindicatos	1097
<i>c)</i> Sindicatos e ordens profissionais	1100
2. Princípio de liberdade sindical; monopólio e pluralismo sindical	1102
<i>a)</i> Textos legais	1102
<i>b)</i> Debate acerca do monopólio e do pluralismo sindical	1103
<i>c)</i> Liberdade e direito de inscrição sindical	1107
3. Constituição	1109
<i>a)</i> Processo	1109
<i>b)</i> Estatutos	1109
4. Organização sindical	1111
<i>a)</i> Modalidades	1111
<i>b)</i> Uniões, federações e confederações	1112
5. Estrutura e funcionamento	1114
<i>a)</i> Órgãos	1114
<i>b)</i> Dirigentes sindicais; estatuto	1116
<i>c)</i> Quotização sindical	1120
6. Atividade sindical	1121
<i>a)</i> Vertentes	1121
<i>b)</i> Função reivindicativa	1122
<i>b.1)</i> Aspectos gerais	1122
<i>b.2)</i> Legitimidade e representatividade	1123
<i>c)</i> Atividades extralaborais	1126
7. Extinção	1128
<i>a)</i> Causas	1128

<i>b)</i> Regime	1130
§ 62. Associações de empregadores	1131
1. Noções gerais	1131
2. Liberdade de associação	1134
3. Constituição	1135
<i>a)</i> Processo	1135
<i>b)</i> Estatutos	1135
4. Estrutura e funcionamento	1136
5. Atribuições	1137
<i>a)</i> Laborais	1137
<i>b)</i> Extralaborais	1138
6. Extinção	1143
SECÇÃO II. Instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho	1145
SUBSECÇÃO I. Princípios gerais	1145
§ 63. Regras comuns	1145
1. Remissão	1145
2. Regime previdencial	1147
SUBSECÇÃO II. Instrumentos negociais de regulamentação coletiva de trabalho	1153
§ 64. Convenção coletiva de trabalho	1153
1. Aspectos gerais	1153
<i>a)</i> Noção	1153
<i>b)</i> Enquadramento contratual	1155
<i>c)</i> Tipos	1156
2. Negociação	1157
<i>a)</i> Legitimidade	1157
<i>b)</i> Processo	1159
3. Celebração e depósito	1162
4. Conteúdo	1164
<i>a)</i> Objeto da regulamentação coletiva	1164
<i>b)</i> Cláusulas de conteúdo obrigacional	1164
<i>c)</i> Cláusulas de conteúdo regulativo	1165
<i>c.1)</i> Conceito e exemplificação	1165
<i>c.2)</i> Cláusulas de aplicação imediata e cláusulas que carecem de concretização futura	1166
<i>d)</i> Limites	1167
5. Interpretação e integração	1167
6. Aplicação	1169

a) Início da vigência	1169
b) Princípio da filiação	1171
c) Termo da vigência; caducidade	1173
7. Natureza jurídica	1177
a) Teses em confronto	1177
b) Posição adotada	1179
§ 65. Acordo de adesão	1183
1. Noção	1183
2. Regime	1184
3. Natureza jurídica	1185
§ 66. Decisão arbitral	1185
1. Aspectos gerais	1185
2. Arbitragem voluntária	1187
3. Arbitragem obrigatória	1189
4. Arbitragem necessária	1196
 SUBSECÇÃO III. Instrumentos não negociais de regulamentação coletiva de trabalho	 1199
§ 67. Aspectos gerais	1199
§ 68. Portaria de extensão	1200
1. Noção	1200
2. Pressupostos	1201
3. Regime	1202
4. Âmbito de aplicação	1203
§ 69. Portaria de condições de trabalho	1205
1. Noção	1205
2. Pressupostos	1206
3. Regime	1206
§ 70. Natureza jurídica das portarias de extensão e de condições de trabalho	1207
1. Regulamentos administrativos	1207
2. Competência jurisdicional	1210
 SECÇÃO III. Conflitos coletivos de trabalho	 1213
§ 71. Aspectos gerais	1213
1. Conflito coletivo; noção	1213
2. Tipos	1217
§ 72. Greve	1221
1. Considerações prévias	1221
a) Admissibilidade e limites	1221
b) Enquadramento jurídico	1224
2. Noção	1226

a) Determinação	1226
b) Abstenção de trabalhar	1227
c) Concertação entre trabalhadores	1228
d) Pluralidade de trabalhadores	1228
e) Fins	1228
3. Modalidades	1230
4. Legitimidade para declarar e fazer a greve	1232
a) Oportunidade	1232
b) Princípio da boa-fé	1235
c) Responsabilidade civil	1235
5. Cláusula de paz social	1236
6. Declaração de greve; o aviso prévio	1239
a) Tomada de posição; razões e conteúdo da declaração	1239
b) Aviso prévio	1241
7. Exercício do direito de greve	1246
a) Adesão à greve	1246
b) Piquetes de greve	1248
8. Efeitos da greve	1255
a) Suspensão dos efeitos principais do contrato	1255
b) Dever de não substituição dos trabalhadores grevistas	1260
c) Dever de retribuir os trabalhadores não aderentes à greve	1264
d) Serviços mínimos	1267
d.1) Razão de ser	1267
d.2) Fixação	1268
d.3) Requisição civil	1272
d.4) Situação jurídica do trabalhador grevista que cumpre serviços mínimos	1274
e) Consequências nas relações do empregador com terceiros	1275
9. Greves ilícitas	1279
a) Limitações ao exercício do direito de greve	1279
a.1) Colisão de direitos	1279
a.2) Causas de ilicitude da greve	1279
a.3) Greves atípicas	1283
b) Consequências da ilicitude	1287
10. Proibição de <i>lock-out</i>	1289
11. Cessação	1292
12. Natureza jurídica	1293
§ 73. Resolução de conflitos coletivos	1295
1. Negociação	1295
2. Conciliação	1296

3. Mediação	1297
4. Arbitragem	1298
5. Decisão judicial	1299
6. Resolução governamental	1299
CAPÍTULO VI. CONTRAORDENAÇÕES LABORAIS	1301
§ 74. Regime geral das contraordenações laborais	1301
1. Aspectos gerais	1301
2. Ilícito de mera ordenação social	1303
3. Contraordenação laboral	1303
a) Noção	1303
b) Escalões de gravidade	1304
4. Procedimento	1305
CAPÍTULO VII. PROCESSO DO TRABALHO	1309
§ 75. Particularidades de regime	1309
1. Aspectos gerais	1309
2. Diferentes tipos de processo laboral	1312
3. Competência dos tribunais de trabalho	1313
4. Arbitragem de conflitos laborais	1315
5. Capacidade judiciária	1318
6. Legitimidade	1319
7. Patrocínio officioso	1319
8. Processo <i>sui generis</i>	1320
9. Processo declarativo comum	1322
10. Processos especiais	1326
a) Enunciação	1326
b) Processo de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento	1327
c) Processos emergentes de acidente de trabalho e de doença profissional	1328
d) Processo de impugnação de despedimento coletivo	1329
e) Processo do contencioso de instituições de previdência, abono de família, associações sindicais, associações de empregadores ou comissões de trabalhadores	1329
e.1) Convocação de assembleias gerais	1330
e.2) Impugnação de estatutos, das deliberações de assembleias gerais ou de atos eleitorais	1330
e.3) Impugnação judicial de decisão disciplinar	1330

e.4) Liquidação e partilha dos bens de instituições de previdência, de associações sindicais, de associações de empregadores ou de comissões de trabalhadores	1331
f) Ação de anulação e interpretação de cláusulas de convenções coletivas de trabalho	1331
g) Outros processos especiais	1332
11. Recursos	1333
12. Processo executivo	1335
a) Aspectos gerais	1335
b) Execução baseada em sentença de condenação em quantia certa	1336
13. Procedimentos cautelares	1336
a) Enunciação	1336
b) Suspensão do despedimento	1337
c) Proteção de segurança e saúde no trabalho	1338
d) Suspensão de deliberações de assembleias gerais	1338
14. Processo penal	1338